

A criação da ALBA-TCP como alternativa na integração latino-americana

Martha Raquel Rodrigues* ; Raíssa Gouveia Ferreira Lazarini** ;

Letícia Lacerda Madeira*** ; Gustavo Menon****

Resumo:

O presente trabalho propõe compreender e discutir o papel da ALBA-TCP na tentativa de formulação de um projeto de integração regional anti-imperialista, anticapitalista e antineoliberal na região. Para tal, são contextualizados os impactos da conjuntura política observada durante a tentativa de implementação da ALCA na região e a implementação da ALBA como um mecanismo de alternativa e resistência dos países que carregavam uma identidade comum na América Latina. Dentro desta perspectiva, se analisa o papel da ALBA-TCP como agente protagonista das relações comerciais e financeiras, e outras políticas integracionistas para a região latino-americana e a centralidade da Venezuela, tão ameaçada pelo imperialismo estadunidense, neste contexto. Por fim, após as análises, pudemos compreender os caminhos percorridos para a integração latino-americana na construção de uma nova agenda regional impulsionada pelo petróleo e sustentada por um projeto de cooperação e solidariedade entre os povos latino-americanos.

Palavras-chave: ALBA-TCP; América Latina; integração regional; petróleo; Venezuela.

* Mestranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: martharaquel@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4912-2127>

** Mestranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: raissalazarini@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4468-9434>

*** Mestranda pelo Programa Interunidades de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: leticia.madeira@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6859-953X>

**** Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Docente da Universidade Católica de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. End. eletrônico: gustavo22menon@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1057-027X>

The creation of ALBA-TCP as an alternative in the Latin-American integration

Abstract

This work proposes to discuss the role that ALBA-TCP has played in the attempt to formulate an anti-imperialist, anti-capitalist, anti-neoliberal integration project in the Latin American region. Thus, we analysed the impacts of the political conjuncture of the attempt to implement ALCA as well as the implementation of ALBA as an alternative resistance mechanism for the countries that shared Latin-American identity. From that perspective, we analysed the leading role ALBA-TCP plays in the commercial and financial relations of the region, as well as in other integration politics in Latin America, centring in Venezuela, the nation jeopardized the most by North American imperialism. After such analyses, we were able to understand the paths taken by Latin American integration and the process of construction of a new regional agenda, boosted by oil production and sustained by cooperation and solidarity between the Latin-American peoples.

Keywords: ALBA-TCP; Latin America; petroleum; regional integration; Venezuela.

Nós, latino-americanos

Somos todos irmãos, mas não porque tenhamos a mesma mãe e o mesmo pai: temos o mesmo parceiro que nos trai. Somos todos irmãos não porque dividamos o mesmo teto e a mesma mesa: dividamos a mesma espada sobre nossa cabeça.

Somos todos irmãos não porque tenhamos o mesmo braço, o mesmo sobrenome: temos um mesmo trajeto de sanha e fome. Somos todos irmãos não porque seja o mesmo sangue que no corpo levamos: o que é o mesmo é o modo como o derramamos.

Ferreira Gullar

Introdução

A história da América Latina é marcada pela luta e resistência de povos que compartilham uma identidade comum: um passado de colonização e exploração. Esse processo se traduz em desafios para a região, que lida com as sequelas prolongadas desse passado que parece se renovar através de novos tipos de exploração. Esse esforço de resistência vem sendo promovido através da integração regional latino-americana, que tem como horizonte o desenvolvimento social, comercial e financeiro dos países outrora explorados, negligenciados e tratados como periferia do mundo, os ditos países de terceiro mundo. Para tanto, foi necessário aspirar iniciativas que tivessem um pensamento do Sul pelo Sul e priorizasse as demandas internas dos países da região latino-americana. Nesse sentido, se viu necessário investir esforços para uma política que tratasse as questões

do povo da América Latina como centrais para o desenvolvimento humano e o bem-viver (Ferreira, 2013).

Com inspirações na emblemática Carta de Jamaica, escrita por Simón Bolívar em 1815, a Alternativa Bolivariana para os Povos da América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) surge a partir de 2004 nesse contexto de resistência contra as forças imperialistas que, através da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), impulsionada pelos Estados Unidos, tentavam avançar e aprofundar a relação de poder pelas vias do neoliberalismo (Anderson, 2004)¹. Com protagonismo venezuelano de Hugo Chávez, eleito em 1998, a ALBA-TCP não só representou resistência anti-imperialista, mas de fato apresentou uma alternativa para a política econômica da América Latina. Vale recordar que nas décadas anteriores, com os processos de transição para a “redemocratização” dos países latino-americanos, durante os anos 1980 e 1990, um amplo programa de redução de investimentos públicos, abertura comercial indiscriminada, flexibilização trabalhista e um atroz processo de privatização de empresas estatais foram implementadas em distintos países sob os moldes do Consenso de Washington (Williamson, 2004)². De acordo com Williamson (2004), o programa neoliberal consiste em: i) adotar medidas de disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; ii) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; iii) reforma tributária, eliminando impostos em setores marginais; iv) juros de mercado; v) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo competitividade no plano internacional; vii) abertura comercial, onde o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior; viii) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; ix) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; x) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas e, por fim, o xi) o direito de propriedade (inclusive intelectual) deveria se tornar mais seguro.

Do ponto de vista da integração regional, projetos fomentados pela hegemonia dos Estados Unidos foram implementados na tentativa da criação de uma área de livre comércio, desconsiderando as assimetrias comerciais e de poder entre as nações subdesenvolvidas e o poderio econômico e militar estadunidense. Foi o caso do NAFTA, que rapidamente sofreu grandes críticas por parte dos movimentos sociais, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que se levantou no dia 01 de janeiro de 1994, data de início da implementação do NAFTA. Tal modelo liberalizante, em meio as teses de “globalização”, fortaleceu uma ampla tendência de mundialização de capitais, informações e serviços, reorientando a divisão internacional do trabalho e produzindo um quadro de financeirização do modo de produção capitalista (Chenais, 2005). Na América

¹ Para uma crítica histórica e marxista ao neoliberalismo, consultar Anderson (1995).

² Para a história do programa neoliberal, ver: Williamson (2004, p. 195-206).

Latina, esse cenário agravou ainda mais a dependência e o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, gerando sucessivas crises na virada do milênio.

Nesse contexto, o petróleo se tornou um elemento central: representou, ao mesmo tempo, uma possibilidade de resistência contra o imperialismo, de forma a viabilizar a Aliança da ALBA, ao mesmo tempo em que era alvo de captura dos Estados Unidos no contexto das negociações para implementação da ALCA para o manejo e controle dos recursos naturais (Bellamy Foster, 2009; Fuser, 2013). Com destaque nesse cenário, a Venezuela buscou promover integração regional por meio da ALBA-TCP e estabeleceu acordos importantes ligados à alternativa energética pela Petróleos de Venezuela (PDVSA) e suas ramificações (PETROCARIBE e a proposta da PETROAMÉRICA) - acordos esses que fortaleceram a posição do governo bolivariano contra o imperialismo, conferindo uma possibilidade de maior soberania econômica e energética.

Neste artigo, dessa forma, será feita uma análise sobre o cenário da criação da ALBA-TCP e os ideais políticos, sociais, econômicos e financeiros que deram o impulsionamento popular necessário para sua estruturação e aceitação dos países latino-americanos, principalmente no combate à implementação da ALCA, que representava os interesses diretos do imperialismo estadunidense. Adiante, será explicado mais a fundo sobre a importância do petróleo como um elemento central que estrutura as possibilidades para o projeto de integração regional desde o Sul e para o Sul.

Dos ataques imperialistas à integração regional

A crise sofrida pela América Latina durante as últimas décadas do século XX, faz parte das amplas transformações experimentadas pelo capitalismo (BENZI, 2017, p. 9). De acordo com o autor, a estratégia de reestruturação do capitalismo dos anos 1970 para os países periféricos encontrou cumplicidade com as ditaduras militares da região, resultando assim em uma nova fase de abertura e estreita integração da estrutura produtiva, comercial e financeira. É neste contexto que a esquerda latino-americana amadurece sua ofensiva contra o neoliberalismo.

O principal alçôz da crise e da instabilidade política que ocorre na América Latina é o imperialismo estadunidense, que intensifica suas intervenções no final do século XIX, com a doutrina Monroe, e segue até o século XXI, nesse período destacamos como importantes pontos de inflexão, no interior do século XX, a Segunda Guerra Mundial, o Acordo de Yalta, a Guerra Fria, o colapso da União Soviética e a ascensão do neoliberalismo com chamado “Consenso de Washington”³

³ O Consenso de Washington, conforme mencionado, é um conjunto de grandes medidas que se compõem de dez regras básicas formuladas durante uma reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As novas

(Hobsbawm, 1995). Neste contexto de ataques, o império estadunidense passa a considerar toda a América Latina como “Quintal dos EUA” (Camargo; Stedile; Giordani, 2017).

Mas, para compreender este processo é necessário recorrer à explicação de imperialismo, sem incorrer no erro do reducionismo econômico, e entender quais são as forças que o constitui e quais seus interesses. Na teoria marxista, em geral, autores reconhecem que o estado imperial é um instrumento de importância crítica para o desenvolvimento capitalista e uma fonte fundamental de poder político e militar a serviço do capital, para garantir sua dominação (Lenin, 2003). Para Petras e Veltmeyer (2012), desde uma visão marxista, o imperialismo precisa ser entendido como instrumento de projeção do Estado para a garantia da acumulação capitalista. Harvey (2003) menciona que a disputa por recursos naturais trata-se de um fator chave na política imperialista de espoliação e drenagens de valores e recursos em direção aos países imperialistas.

Alguns autores definem como marco para o surgimento do movimento imperial dos EUA, a Doutrina Monroe, mas para Mendes (2005) o Destino Manifesto, ao propor o avanço por áreas pouco povoadas e a primizaria dos EUA sobre áreas adjacentes, foi o momento em que o imperialismo começou a surgir sobre a América Latina, principalmente para a América Central e Caribe. O autor ainda destaca dois aspectos como componentes fundamentais para a consolidação do imperialismo estadunidense, sendo elas: o estabelecimento de zonas de influência e a obtenção de terras com acesso a áreas econômica e estrategicamente importantes. A América Latina e o Caribe se enquadram, então, como territórios estratégicos para a manutenção dos dois componentes fundamentais do imperialismo dos EUA.

A Venezuela, que era a principal fornecedora de petróleo para os Estados Unidos, passou, então, a ser alvo dos ataques imperialistas do país. É importante ressaltar que foi no início do século XX que a Venezuela se transformou de país agrário para país exportador de petróleo, recebendo inclusive investimentos estrangeiros e foi neste contexto que os EUA se tornaram os principais parceiros comerciais, principalmente como comprador de petróleo (Salgado, 2019; Barros, 2007; Maringoni, 2009). Por conta dos empréstimos contraídos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e da crise capitalista que causou queda no valor internacional do petróleo, em meados da década de 1980, a Venezuela se alinhou com as diretivas do Consenso de Washington, mas a forma como Chávez, eleito em 1998, passou a orientar sua agenda política e discurso, em dissonância com o Consenso de Washington e a importância do petróleo venezuelano para os EUA,

medidas estimulavam a competição entre as taxas de câmbio, davam incentivos às exportações e previam a gestão de finanças públicas, se tornando a política oficial do em 1990, no momento que passaram a ser “receitadas” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

foram as motivações para os ataques do império estadunidense, de acordo com Salgado (2019).

Para a manutenção da soberania da Venezuela, mas também de todos os países da América Latina, e fazer o enfrentamento aos ataques dos EUA, impõe-se a necessidade de uma crítica ao imperialismo e nesse bojo surge também a oportunidade anticapitalista e antineoliberal de uma mirada alternativa, que reflita sobre a realidade periférica dos países latino-americanos no contexto internacional (Delgado; Oliveira, 2020). Tal enfrentamento passaria, necessariamente, por um projeto de integração da América Latina que fosse anti-imperialista. Para Delgado e Oliveira (2020), o projeto de integração latino-americana deveria ser pensado em torno de dois eixos: econômico e político.

Entre os projetos de integração da América Latina, que trazem em seu cerne o debate anti-imperialista, diferentemente do chamado “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto”, expresso na proposta do Mercosul, esse último, em grande medida, influenciado pelo modelo de integração da União Europeia, destacamos a ALBA-TCP⁴, iniciativa anti-neoliberal encabeçada pelo governo bolivariano que questionou profundamente a agenda geopolítica orientada pelos Estados Unidos na tentativa de alavancamento da ALCA na região.

A criação da ALBA-TCP: um novo modelo de integração latino-americana

A ALBA-TCP (Alternativa Bolivariana para os Povos da América – Tratado de Comércio dos Povos) surge em 2004 sob um prolongado contexto de resistência através de ideias e lutas que vem desde pelo menos a histórica carta de Simón Bolívar intitulada “Carta de Jamaica” (1815), em que estabelece a doutrina da unidade e soberania dos países que conquistaram sua independência contra as forças coloniais (ALBA-TCP, s.d.).

Nesta carta, Bolívar revela aquilo que será primordial para a inspiração e criação da ALBA-TCP, e que parece persistir nos planos de integração regional mais atuais: a consciência do lugar dos povos da América Latina como subalternizados em luta contra a exploração violenta dos que, à sua época, faziam parte do centro colonial (Bolívar, 1983) e que, hoje, fazem parte do centro capitalista. Este lugar reconhecido demanda, então, integração regional com vistas para o fortalecimento social, político e econômico da região.

Assim como Simón Bolívar é fonte de inspiração para a ALBA-TCP, tantos outros pensadores latinoamericanistas são a base estruturante do modelo político da

⁴ TCP é o Tratado de Comércio dos Povos adicionado à sigla da ALBA, é importante ressaltar que o TCP é uma extensão comercial da ALBA e não um tratado de livre-comércio.

Aliança, tais como: José Martí, San Martín, Sucre, O'Higgins, Petión, Morazán, Sandino, Garvey, Túpac Katari, Julián Apaza, Bartolina Sisa, dentre outros (ALBA-TCP, s.d.). Tendo isso em vista, a Aliança se dá em um cenário de recusa aos princípios neoliberais que avançavam na região através da tentativa de implementação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA):

Além de ser um acordo comercial, a Alca previa uma série de mecanismos que subordinavam os governos da América Latina a Washington. Entre eles, propunha que as empresas e Estados latino-americanos priorizassem a venda de matérias-primas e produtos em geral a compradores estadunidenses, em troca da possibilidade de concorrer livremente por espaço no mercado dos EUA. Também buscava que a moeda comum no continente fosse o dólar e que assessores da Casa Branca participassem da elaboração de novos contratos comerciais assinados por cada nação latino-americana (Mello, 2020).

De fato, a chegada de Chávez ao governo em 1999 na Venezuela demarca uma posição de protagonismo na mudança de paradigma na região, porque até então os países que abarcavam o avanço da ALCA se posicionavam favoráveis aos acordos, insistindo inclusive em relações bilaterais mesmo com o avanço das ideias bolivarianistas - esta sendo uma jogada estratégica dos Estados Unidos no enfrentamento a esses avanços anti-ALCA na América Latina (Ruiz, 2004).

Este enfrentamento que inspirou lutas ao redor da América Latina começou a ser desenhado na III Cúpula das Américas, que ocorreu em Quebec, Canadá, em abril de 2001. Na ocasião, Chávez, declara oficialmente oposição venezuelana à proposta da ALCA. No mesmo ano, em dezembro, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe (AEC), que ocorreu na Ilha de Margarita, Venezuela, Chávez inaugura a ideia da ALBA-TCP enquanto proposta de integração social, econômica, política e cultural dos povos da América Latina e do Caribe (ALBA-TCP, s.d.).

Mas é em 2004 que a ALBA-TCP nasceu, em Havana, Cuba, pela assinatura da Declaração Conjunta e Acordo para a Aplicação da ALBA-TCP por Hugo Chávez e Fidel Castro, o então Presidente do Conselho de Estado de Cuba (ALBA-TCP, s.d.). Neste documento, a postura antineoliberal e anti-imperialista de Chávez e Castro são reforçadas:

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes. Analizamos históricamente el proceso de integración de la América Latina y el Caribe, y constatamos que éste, lejos de responder a los objetivos de desarrollo independiente y

complementariedad económica regional, ha servido como un mecanismo para profundizar la dependencia y la dominación externa (Frías, Ruz, 2004).

Tendo isso em vista, e através dos ideais bolivarianistas e latinoamericanistas, Chávez e Castro demarcam a posição da ALBA-TCP enquanto uma aliança que:

En tal sentido, coincidimos plenamente en que el ALBA no se hará realidad con criterios mercantilistas ni intereses egoístas de ganancia empresarial o beneficio nacional en perjuicio de otros pueblos. Sólo una amplia visión latinoamericanista, que reconozca la imposibilidad de que nuestros países se desarrollen y sean verdaderamente independientes de forma aislada, será capaz de lograr lo que Bolívar llamó “...ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza que por su libertad y gloria”, y que Martí concibiera como la “América Nuestra”, para diferenciarla de la otra América, expansionista y de apetitos imperiales (Frías, Ruz, 2004).

Dessa forma, o objetivo principal que se coloca na declaração de fundação da ALBA-TCP é:

Expresamos asimismo que el ALBA tiene por objetivo la transformación de las sociedades latinoamericanas, haciéndolas más justas, cultas, participativas y solidarias y que, por ello, está concebida como un proceso integral que asegure la eliminación de las desigualdades sociales y fomente la calidad de vida y una participación efectiva de los pueblos en la conformación de su propio destino (Frías, Ruz, 2004).

Em 2006 a entrada da Bolívia, sob a presidência de Evo Morales, reforça e complementa os princípios da Aliança ao incorporar o Tratado de Comércio dos Povos (TCP), que propôs um comércio baseado na complementaridade, solidariedade e cooperação (ALBA-TCP, s.d.). Os países-membro da Aliança são, em ordem de admissão: Venezuela (2004), Cuba (2004), Bolívia (2006), Nicarágua (2007), República Dominicana (2008), Antígua e Barbuda (2009), São Vicente e Granadinas (2009), Santa Lúcia (2013), São Cristóvão e Nevis (2014) e Granada (2014).

No documento de criação são listados 12 princípios práticos de como se planejou aplicar as ideias para a Aliança, que visam a solidariedade, complementação, soberania e cooperação, fomentando o desenvolvimento das potencialidades de cada país-membro (Freitas, 2011). Esses pontos (Frías, Ruz, 2004) contam com propostas inovadoras, tais como:

1. Comércio para desenvolvimento justo e sustentável através da regulação e coordenação estatal;
2. Ampliação do acesso aos benefícios da integração, através de tratamento especial e diferenciado que considera as diferenças entre os países-membro;
3. Luta contra a pobreza e preservação da identidade cultural dos povos através da cooperação econômica, bem como a não concorrência entre países e produções dos países-membro;
4. Fomento ao acesso à educação e saúde através de um Plano Continental contra o Analfabetismo e plano latino-americano de tratamento de saúde gratuito;
5. Criação do Fundo de Emergência Social;
6. Desenvolvimento integrado de comunicações e transportes em conjunto com planos de transporte multimodal;
7. Proteção ao meio ambiente através de regulamentações que estimulem o uso racional de recursos, tendo consonância com a realidade dos povos que fazem parte da aliança;
8. Integração energética para fornecimento estável de produtos energéticos;
9. Promoção de investimentos de capitais latino-americanos na América Latina e Caribe, para reduzir a dependência em relação a investidores estrangeiros, através da criação do Fundo Latino-Americano de Investimentos, do Banco de Desenvolvimento do Sul, da Sociedade Latino-Americana de Garantia Recíproca etc.;
10. Defesa da cultura latino-americana e caribenha e da identidade dos povos da região;
11. Garantia de que as regulamentações a respeito de propriedade intelectual sejam proteção do patrimônio latinoamericano, sem se tornar ao mesmo tempo um freio à cooperação; e
12. Posição multilateral em negociações internacionais com vistas para a luta pela democratização e transparência em organismos internacionais.

O fim da ALCA, em 2005, demarca o sucesso da luta inaugurada pela Venezuela de Hugo Chávez. Este processo pode ser compreendido também pela nova fase que a América Latina se encontrou nos anos 2000, em que o cenário político muda de paradigma com a ascensão de governos de esquerda na região, que orientaram o perfil da política externa desses países e promoveram reeleitura das políticas de integração na América Latina (FERREIRA, 2013). Este foi o período

conhecido, inclusive, como a “década ganha” ou a “maré rosada” (PANIZZA, 2006).

A ascensão de Chávez, assim como de Nestor Kirchner, na Argentina; Fernando Lugo, no Paraguai; Rafael Correa, no Equador; Evo Morales, na Bolívia; Daniel Ortega, na Nicarágua; Tabaré Vázquez, no Uruguai; e Lula, no Brasil; veio sustentada por uma base social que já se organizava em movimentos populares. Algo fundamental para que, em apenas quatro anos, conseguisse desmontar a força do projeto de Clinton e Bush (Mello, 2020).

Esse cenário inspirou de fato grande mobilização por todo o continente, em uma verdadeira integração regional popular, o que contribuiu para fortalecer articulações de formação política e alianças entre organizações populares em debates estratégicos, além da importante organização de plebiscitos populares. Esta foi uma oportunidade de aprender estratégias *in loco* para toda uma nova geração de militantes na luta contra o neoliberalismo, ali circunscrito pela ALCA (Capire, 2021). Mas foi de fato durante a III Cúpula dos Povos, que acontecia paralelamente à IV Cúpula das Américas, em que se viu os resultados da longa jornada de resistência na defesa da soberania e autodeterminação dos povos. A luta do povo organizado derrotou ali a ALCA (Wansetto, 2015). Inaugura-se, então, uma nova fase de integração na América Latina a partir da luta antiimperialista, antineoliberal e de fato latinoamericanista.

A ALBA-TCP surge com bandeiras que, de acordo com Benzi (2017, p.13) podem ser organizadas em cinco eixos: ideológico, social, econômico-produtivo e comercial, e financeiro. No chamado eixo ideológico concentram-se as ações de *soft-balancing*⁵ e na atuação da promoção de um regionalismo contra hegemônico, baseado na diplomacia bolivariana. O eixo social foi fortemente pautado pelo impacto político das Missões Bolivarianas, pela cooperação *Sur-Sur* e pelas ações cubanas:

El eje social del ALBA-TCP se organizó alrededor de la ayuda brindada por Venezuela a los demás integrantes y a terceros, y en la internacionalización de las Misiones, los programas inspirados en la experiencia llevada a cabo en particular con la colaboración cubana en los sectores médico y educativo (Benzi, 2017, p.59).

Como exemplos de iniciativas do eixo econômico-produto e comercial podemos destacar as empresas *grannacionales*, que de acordo com o *Convenio Constitutivo del banco del ALBA* (2008, s.d), a propriedade destas empresas serão do Estado, que deverá ter papel de desenvolvimento. O documento ainda trata dos

⁵ Termo utilizado para descrever formas não militares de estratégias institucionais, tais como a formação de coalizões ou entidades diplomáticas limitadas.

princípios aos quais as empresas deveriam respeitar e de como se daria seu funcionamento:

Su dinámica económica se orientará a privilegiar la producción de bienes y servicios para la satisfacción de las necesidades humanas (...) Los principios de solidaridad, cooperación, reciprocidad y convivencia armónica del hombre con la naturaleza, explotando de manera racional los recursos naturales, fomentando la existencia de condiciones dignas y una distribución equitativa de la riqueza (...) La modalidad de estas empresas puede ser binacional, con una composición accionaria que garantice la soberanía de cada país (...) Las decisiones se tomarán siempre en consenso y los márgenes económicos que obtengan se destinarán al crecimiento de la propia empresa y/o al desarrollo de proyectos de carácter social (Alba, 2008, p. 56-58).

E no eixo financeiro destacam-se a iniciativa do *Banco del Alba*, o *Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos (SUCRE)*. Esta nova arquitetura financeira criada para o controle soberano dos países da região foi criada durante a V Cumbre Extraordinaria de Abril de 2009 e VII Cumbre ALBA-TCP do mesmo ano, realizada em Cochabamba.

Crear el sucre como unidad de cuenta común del Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos, la cual será emitida de manera exclusiva y excluyente por el Consejo Monetario Regional del Sucre, y empleada para el registro, valoración, compensación y liquidación de las operaciones canalizadas a través de la Cámara Central de Compensación de Pagos del referido Sistema, y otras operaciones financieras relacionadas (...) La asignación de sures deberá ser respaldada con obligaciones o instrumentos financieros denominados en su respectiva moneda local (ALBA-TCP, 2009)

A organização por eixos descrita por Benzi (2017), no entanto, não faz parte da estrutura organizativa oficial da ALBA-TCP que tem, em sua instância máxima, o *Consejo Presidencial del ALBA -TCP*. O *Consejo Presidencial* é seguido pelos conselhos: Social, Econômico, Político e de Movimentos Sociais. Logo abaixo encontram-se os comitês e comissões, e na última instância estão os Grupos de Trabalho e a Secretaria Executiva.

A implementação de uma aliança comercial para a Venezuela trouxe como horizonte a esperança de uma integração de toda América Latina sem se estruturar no capitalismo, com uma economia centrada na estatização, no senso de comunidade e de cooperativismo e com democracia participativa. A perspectiva anti-imperialista, anticapitalista e antineoliberal aliada a diversificação comercial e políticas intergovernamentais tinha como meta a promoção da prosperidade em governos progressistas. A cooperação e as relações diplomáticas entre os países tornou-se pilar estrutural da política venezuelana, que interferia diretamente no

poder de compra do Estado, na concessão de empréstimos com juros baixos, nas balanças comerciais bilaterais e nos subsídios na compra do petróleo. Nesse cenário, em um contexto de *boom das commodities*, o petróleo se tornou central para as negociações e para o avanço do desenvolvimento na região latino-americana.

A partir da criação da ALBA-TCP, as alianças ligadas ao tema energético inauguram um novo estágio nas relações entre os países pertencentes ao grupo. A Petróleos de Venezuela (PDVSA) passa, então, a ser estruturante nessas negociações. A datar dos empenhos direcionados ao papel da petroleira venezuelana nesse processo, outros braços surgiram nessas cooperações - sejam bilaterais ou multilaterais, são elas a PETROAMERICA, que se ramifica nas divisões internas PETROSUR, PETROANDINA e PETROCARIBE (Barrantes, 2012). O horizonte a ser alcançado versava sobre os benefícios para os países da cooperação, o papel das políticas e planos para o desenvolvimento de segurança do petróleo e o uso desse material. Através dos “Acordos de Cooperação Petrolera”, a PDVSA, vendeu milhares de barris de petróleo por dia para os países com acordo de cooperação (Romero, 2010). O fornecimento de gás e petróleo, visando o fortalecimento da América latina, se deu através dos programas: Acordo de San José (vários países); Acordo Integral de Cooperação (Argentina e Cuba); Petrocaribe, Petroandina e Petroamerica (vários países); Acordo de Cooperação Energética de Caracas (Bolívia, Paraguai e Uruguai); e PetroSur (vários países) (Romero; Curiel, 2009)

As políticas de “Doações”⁶, previstas no Artigo 1431 do Código Civil venezuelano, e as “Contribuições Diretas”, detalhadas no Artigo 27 da “Lei de Imposto sobre a Renda”⁷, que diz sobre as ajudas, transferências, acordos de cooperação e de comércio e perdão de dívidas entre os países cooperados, podendo financiar obras de infraestrutura, construção de estradas, atenção às questões humanitárias e aplicação em políticas de distribuição de renda, ampliaram a atuação de cooperação entre os países. Junto a isso, as trocas entre os governos aliados também estavam previstas, com destaque para as contribuições da PDVSA, aos demais governos. Também faziam parte desta estratégia a compra de títulos de dívida, que para aumentar a renda líquida global, era deduzido da renda bruta gastos normais e necessários, efetuados no país para produção de enriquecimento, que não eram imputáveis ao custo. São estes gastos:

1. Los sueldos, salarios, emolumentos, dietas, pensiones, obvenciones, comisiones y demás remuneraciones similares, por servicios prestados al contribuyente, así como los egresos por concepto de servicios profesionales no mercantiles recibidos en el ejercicio.
2. Los intereses de los capitales tomados en préstamo e invertidos en la producción de la renta.

⁶ Doação é o contrato por meio do qual uma pessoa transfere gratuitamente algo ou algum direito de seu patrimônio a uma outra pessoa que o aceita.

⁷ Disponível em: https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_ven_anexo22.pdf

3. Los tributos pagados por razón de actividades económicas o de bienes productores de renta, con excepción de los tributos autorizados por esta ley. En los casos de los impuestos al consumo y cuando conforme a las leyes respectivas el contribuyente no lo pueda trasladar como impuesto ni tampoco le sea reembolsable, será imputable por el contribuyente como elemento del costo del bien o del servicio. 4. Las indemnizaciones correspondientes a los trabajadores con ocasión del trabajo, determinadas conforme a la Ley o a contratos de trabajo. 5. Una cantidad razonable para atender la depreciación de activos permanentes y la amortización del costo de otros elementos invertidos en la producción de la renta, siempre que dichos bienes estén situados en el país y tal deducción no se haya imputado al costo. 6. Las pérdidas sufridas en los bienes destinados a la producción de la renta y no compensadas por seguros u otras indemnizaciones cuando dichas pérdidas no sean imputables al costo. 7. Los gastos de traslado de nuevos empleados, incluidos los del cónyuge e hijos menores, desde el último puerto de embarque hasta la República Bolivariana de Venezuela, y los de regreso, salvo cuando sean transferidos a una empresa matriz, filial o conexas.

También foram definidas em quais condições as perdas por dívidas incobráveis se enquadram.

a. Que las deudas provengan de operaciones propias del negocio. b. Que su monto se haya tomado en cuenta para computar la renta bruta declarada, salvo en los casos de pérdidas de capitales dados en préstamo por instituciones de crédito, o de pérdidas provenientes de préstamos concedidos por las empresas a sus trabajadores. c. Que se hayan descargado en el año gravable, en razón de insolvencia del deudor y de sus fiadores o porque su monto no justifique los gastos de cobranza.

Além disso, também se. estabeleceram outros gastos elegíveis relacionados a empresas de seguros, construções, bens, comunicação e outros:

9. Las reservas que la ley impone hacer a las empresas de seguros y de capitalización. 10. El costo de las construcciones que deban hacer los contribuyentes en acatamiento de la Ley Orgánica del Trabajo o de disposiciones sanitarias. 11. Los gastos de administración y conservación realmente pagados de los inmuebles dados en arrendamiento, siempre que el contribuyente suministre en su declaración de rentas los datos requeridos para fines de control fiscal. 12. Los cánones o cuotas correspondientes al arrendamiento de bienes destinados a la producción de la renta. 13. Los gastos de transporte, causados o pagados dentro del ejercicio gravable, realizados en

benefício do contribuinte pagador, com o objeto de produzir a renda. 14. As comissões a intermediários na alienação de bens imóveis. 15. Os direitos de exibição de películas e similares para o cinema ou a televisão. 16. As regalias e demais participações análogas, assim como as remunerações, honorários e pagamentos análogos por assistência técnica ou serviços tecnológicos utilizados no país. 17. Os gastos de reparações ordinárias de bens destinados à produção da renda. 18. As primas de seguro que cubram os riscos a que estão expostos os bens e pessoas distintas do contribuinte, considerado individualmente, empregados na produção da renda e os demais riscos que corra o negócio em razão de esses bens, ou por a ação ou omissão de essas pessoas, tais como os de incêndios e riscos conexos, os de responsabilidade civil, os relativos ao pessoal com ocasião do trabalho e os que amparem a dito pessoal conforme a contratos coletivos de trabalho. 19. Os gastos de publicidade e propaganda causados ou pagos dentro do exercício gravável, realizados em benefício do próprio contribuinte pagador. 20. Os gastos de investigação e desenvolvimento efetivamente pagos dentro do exercício gravável, realizados em benefício do próprio contribuinte pagador. 21. Os pagamentos feitos por as empresas a seus diretores, gerentes, administradores ou outros empregados como reembolso de gastos de representação, sempre que dichos gastos estén individualmente soportados por los comprobantes respectivos y sean realizados em benefício da empresa pagadora. 22. Todos os demais gastos causados ou pagos, según el caso, normales y necesarios, hechos en el país con el objeto de producir la renta (Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, 2007).

De acordo com Erika Maria Medina Barrantes (2012), os projetos executados por PDVSA ou em desenvolvimento - na época -, são:

Jamaica: Fornecimento de 23.500 barris por dia. Acordos assinados em matéria de educação, ciência, tecnologia, medicina e turismo. Acordo para a modernização da refinaria PETROJAM. Expansão da Refinaria de Kingston. Granada: Acordo para o fornecimento de 340.000 barris por ano. Construção de projetos de distribuição de combustível. Cuba: Inauguração da Refinaria Cienfuegos, com capacidade para processar 70.000 barris de petróleo por dia. Criação de um escritório PDVSA-Cuba para a exploração, refino, importação, exportação e comercialização de hidrocarbonetos e seus derivados, assim como armazenamento e transporte. Belize: Construção de Refinaria. Joint-venture entre PDV e Belize Petroleum. Nicarágua: Construção da Refinaria em León "El Supremo Sueño de Bolívar". Recebe 80.000 galões de diesel

venezuelano. Usinas de geração de eletricidade. República Dominicana: Construção de Refinaria. Recebe 1.200 barris de asfalto. Armazém para 1000 barris/dia de hidrocarbonetos. Antigua e Barbuda: Lugar estratégico para o armazenamento e distribuição de combustíveis para o Caribe Oriental. Usina de geração de eletricidade. São Vicente e Granadinas: Construção de postos de distribuição de combustível. Construção de posto de distribuição de GLP (gás liquefeito de petróleo) São Cristóvão e Nevis: Construção de postos de distribuição de combustível e de usinas de geração de eletricidade. Haiti: Plantas de geração de eletricidade. Equador: Refinaria de Manabi (p. 90).

Para exemplificar as políticas adotadas, peguemos, então, uma das ramificações da PETROAMÉRICA, o caso da PETROCARIBE, cujos dividendos possibilitaram a criação do Fundo ALBA-CARIBE e o financiamento de projetos sociais e econômicos. De acordo com Barrantes (2012), compor a ALBA-TCP era uma vantagem para os países latino-americanos que buscavam nas políticas energéticas alcançar o desenvolvimento social e político.

Os países membros da ALBA recebem benefícios maiores em comparação aos outros membros da PETROCARIBE, em aspectos tais como o desconto no pagamento dos embarques de petróleo; uma extensão de 90 dias para o pagamento de 50% do valor; ou a possibilidade de pagamento por meio de intercâmbio e compensação de produtos. Além disso, a cifra de 25% paga pelos países é destinada ao fundo ALBA, que por seu turno desenvolve projetos econômicos e sociais nos países membros (p. 88).

A autora apresenta uma tabela em que é possível traçar a porcentagem de financiamento em relação ao valor do barril de petróleo.

Preço do barril de petróleo >15 US\$, porcentagem de financiamento 5%; Preço do barril de petróleo >20 US\$, porcentagem de financiamento 10%; Preço do barril de petróleo >22 US\$, porcentagem de financiamento 15%; Preço do barril de petróleo >24 US\$, porcentagem de financiamento 20%; Preço do barril de petróleo >30 US\$, porcentagem de financiamento 25%; Preço do barril de petróleo >40 US\$, porcentagem de financiamento 30%; Preço do barril de petróleo >50 US\$, porcentagem de financiamento 40%; Preço do barril de petróleo >100 US\$, porcentagem de financiamento 50% (BARRANTES, 2012, p. 88).

Tal acordo fez com que os países membros da PETROCARIBE chegassem ao financiamento de 50% do valor na compra do petróleo, com prazo de 25 anos de

duração da política e taxa de juros de 2% ou 1%. Ou seja, a empresa arca com os custos de metade do barril e o país paga a diferença de valor restante direto para a Venezuela. O financiamento anual garante que barris abaixo de US\$ 40 tivessem a taxa de juros de 2%, e acima do valor, de 1%. Há também uma cláusula de carência de pagamento por dois anos aos países beneficiados pela cooperação (Girvan, 2008 *apud* Barrantes, 2012).

Com o aporte das iniciativas da ALBA-TCP, o governo venezuelano estabeleceu políticas de apoio financeiro, político e de solidariedade com países da América Latina, lideranças regionais, partidos e entidades da sociedade civil. Com a garantia de políticas voltadas para saúde, educação, moradia, renda, emprego e desenvolvimento social, a Venezuela estabeleceu relações que fizeram avançar a estruturação pautada no povo nos países cooperados. De acordo com o site da ALBA-TCP (Barrantes, 2012), os projetos desenvolvidos pela área social da organização são:

EDUCAÇÃO – Projeto Gran Nacional ALBA educação: Alfabetização e pós-alfabetização. Projeto Gran Nacional ALBA Educação: Universidade dos Povos da ALBA (UNIALBA). UNIALBA: Redes Universitárias da ALBA. Outras iniciativas: Currículo comum da ALB; Educação Integral, sistema escolar da ALBA; inicial, básico e ensino médio; convênio de reconhecimento de títulos universitários, programa de formação de profissionais; cursos de pós-graduação, Teleeducação ALBA, Fundo Editorial ALBA.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Empresa Gran Nacional de Ciência e Tecnologia: ALBATEL e ALBA-SATELITE. Projeto Gran nacional “Centro ALBA para uma ciência, tecnologia e inovação, justa, digna, humanitária, solidária e complementar”. Sistema de Telemedicina para o apoio ao primeiro nível de atenção em zonas rurais espalhadas nos países da ALBA. Projeto Pólo Científico. Projeto de criação da escola de cinema e televisão da ALBA. Tele-educação: Sistema de Apoio à Municipalização. Outras iniciativas científicas e tecnológicas e soberania de comunicação da ALBA.

SAÚDE E ESPORTES – Empresas Gran Nacionais ALBAMED e ALBAFARMA. Projeto Grannacional ALBAPROR. Gran Nacional do Esporte: Massificação do Esporte. Outras iniciativas: Missão Milagre Internacional: Oftalmologia para todos, Escola latino-americana de medicina. Telemedicina: saúde integral à distância.

TRABALHO – Empresa Gran Nacional de Segurança Social e Laboral. Políticas, Programas e Projetos para gerar e manter emprego digno para setores prioritários. Promoção de Políticas, Programas e Projetos sobre certificação de competências laborais.

OBRAS PÚBLICAS – Programa para a construção de Moradias Sociais.Outras iniciativas: Rádio do Sul e TELESUL. CULTURA, DESCOLONIZAÇÃO E INTERCULTURALIDADE – Projeto Gran Nacional ALBA CULTURAL. Projetos de descolonização e interculturalidade (p. 98-97).

Barrantes (2012) argumenta que as relações políticas e econômicas entre Venezuela e os demais países se consolidaram após o pagamento de dívidas externas, investimento estrangeiro direto e repasse de bilhões de dólares aos bancos dos países cooperados, importação e exportação de produtos, armazenamento de alimentos, criação de usinas e estações de serviço de venda de combustível. Ainda na questão energética, vale destacar a criação da YPFB-Petroandina, a implementação da “Missão Revolução Energética”, que contribuiu para a economia de energia nos países da região, e a ampla capacitação de pessoal técnico para trabalhar nessas instâncias.

No campo da saúde, programas como “Operação Milagre”, que realizou milhares de cirurgias gratuitas e financiou centros médicos multidisciplinares de alta tecnologia, e o “Todos com Voz”, que realizou centenas de milhares de consultas, são exemplos da importância desses investimentos. Outros projetos merecem destaque também, como a “Missão Alimentação”, sobre importação e exportação de alimentos, e a “Missão Milagre” que garante o tratamento oftalmológico em Cuba para pessoas vulneráveis financeiramente . A produção de produtos oriundos da mineração como ferro, titânio e galvanizado também tiveram um papel central para o desenvolvimento, assim como o café e o gado. Os programas de distribuição de renda implementados pelos aliados também tiveram grande influência nesse processo. A Bolívia, por exemplo, investiu em três políticas: o Bônus Juancito Pinto - programa de incentivo à conclusão do ciclo escolar para crianças que destina um valor ao final do período letivo; a Renda Dignidade - direcionada à população com mais de 60 anos e tem como missão o combate à pobreza; e o Bônus Juana Azurduy - uma ajuda financeira à mulheres mães que não possuem seguro saúde, com foco na nutrição da mãe e da criança. A geração de emprego na região foi uma forte contribuinte para o fortalecimento da economia dos países que destinaram parte da renda obtida para a construção de postos de saúde e escolas, a construção geradores de energia, depósitos de água natural, obras de infraestrutura e bem-estar social.

Essas implementações somente foram possíveis por causa da injeção de bilhões de dólares pelo Fundo Alba. Essa cooperação se deu através da PDVSA e demais empresas petrolíferas criadas no período, e instituições do grupo ALBA, como ALBA Geração, ALBA Alimentos, ALBA Equipes, ALBA Depósitos, ALBA Segurança, ALBA Eólica, ALBA Caruna e ALBA Tecnosa.

Considerações finais

À medida que o neoliberalismo foi se expandindo e que o imperialismo estadunidense se fez cada vez mais presente na América Latina, e neste artigo destacamos os interesses dos Estados Unidos no território venezuelano, sobretudo nas reservas de petróleo, os países da região se articularam em uma proposta de integração regional que enfrenta diretamente os interesses do império. O processo de dominação de outros territórios, principalmente por meio da dependência financeira e comercial, mesmo que haja uma suposta independência política, é uma característica fundamental do processo de expansão do capitalismo e da manutenção de políticas imperialistas. Neste contexto, era essencial para que os Estados Unidos mantivessem sob seu domínio as regras comerciais que garantisse o fornecimento de petróleo da Venezuela e o seguimento da cartilha neoliberal e das diretrizes do Consenso de Washington para a expansão do seu império na região.

No entanto, a organização dos países latino-americanos em torno de uma proposta anti-imperialista, antineoliberal e anticapitalista, liderada pelo então presidente da Venezuela Hugo Chávez e edificada sobre os ideais do pensamento bolivariano, impõe resistência aos interesses estadunidenses para a região. O papel da Venezuela, então, passa a ser central nesta disputa. Ao mesmo tempo que é alvo constante da expansão imperialista, é também protagonista de um processo integracionista, baseado na solidariedade entre os povos, autodeterminação e soberania dos países latino-americanos e do Sul Global. No entanto, em função da baixa participação do total do comércio intra-regional, a ALBA apresenta desafios e limites para a sua viabilização. A vulnerabilidade venezuelana da dependência do petróleo também coloca em xeque os objetivos da aliança em função das volatilidades do preço das commodities no mercado internacional. Além disso, o recrudescimento das sanções imperialistas ao governo bolivariano fez com que algumas iniciativas arrefecessem ao longo dos anos, como o caso da PETROCARIBE e da PETROAMERICA, projetos idealizados em sinergia com os objetos da ALBA-TCP na projeção da política externa venezuelana.

Por outro lado, a Venezuela, por meio dos acordos e transações comerciais da Petróleos de Venezuela (PDVSA) e de seus braços – PETROAMERICA, que se ramifica nas divisões internas PETROSUR, PETROANDINA e PETROCARIBE – mediados pela ALBA-TCP, apoiou países da Aliança que estavam em busca de novas políticas energéticas para alcançar o desenvolvimento social e político. Em especial, a soberania energética. Tais ações permitiram que o governo venezuelano estabelecesse apoio financeiro para garantia de políticas públicas e direitos humanos, minimizando o grave problema da dependência petrolífera. A construção de uma nova agenda regional a partir do investimento dos dividendos advindos do da indústria petroleira propiciou uma aproximação dos países cooperados, a implementação de alianças bilaterais e multilaterais, o fortalecimento dos projetos e programas focados no bem-viver e a expansão da solidariedade como um bem necessário para o povo. Ademais, a ALBA também foi uma tentativa de romper

com a matriz produtiva dependente que acarreta em inúmeros fatores de subdesenvolvimento no país.

A identidade comum, com ênfase na crítica ao neoliberalismo, transformou a política externa da Venezuela ao mesmo tempo em que alavancou o processo revolucionário proposto por Hugo Chávez que mirava o Socialismo do Século XXI, diferentemente da proposta do novo regionalismo na América Latina. Ainda que hoje não seja possível dizer que há uma satisfação total com os mecanismos de integração e cooperação implementados pela consolidação da ALBA-TCP, em função da desintegração econômica e comercial com os demais países da América do Sul (especialmente, as posições contrárias de Brasil e Argentina) e as constantes disputas políticas na região, não se pode negar a importância da iniciativa para o desenvolvimento regional latino-americano e na difícil tarefa de resistência à perpetração imperialista estadunidense que visa reforçar a subalternidade dos países latino-americanos.

Referências

ALBA-TCP. *Convenio Constitutivo del Banco del Alba*. 2008. Disponível em: <http://legislacion.asamblea.gob.ni/Instrumentos.nsf/d9e9b7b996023769062578b80075d821/fbbb2190457030a60625771b00720e22?OpenDocument>. Acesso em: 22 set. 2022

_____. *Tratado Constitutivo del Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos*, 2009. Disponível em: [http://legislacion.asamblea.gob.ni/SILEG/Iniciativas.nsf/0/f4f7267484d18b2006257a8d007bf25e/\\$FILE/TRATADO%20SUCRE.pdf](http://legislacion.asamblea.gob.ni/SILEG/Iniciativas.nsf/0/f4f7267484d18b2006257a8d007bf25e/$FILE/TRATADO%20SUCRE.pdf). Acesso em: 23 set. 2022.

_____. *Historia del ALBA-TCP*. Página história/sobre. s.d. Disponível em: <https://www.albatcp.org/historia/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

_____. *Declaración de la XX Cumbre del ALBA-TCP en conmemoración de su XVII aniversario*. Disponível : <https://cubaminrex.cu/es/declaracion-de-la-xx-cumbre-del-alba-tcp-en-conmemoracion-de-su-xvii-aniversario-17-anos-en-defensa>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BARRANTES, E. M. M. *Impacto da política externa venezuelana na conformação da coesão social na América Latina: o caso ALBA*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

- BARROS, P. S. *O governo Chávez e desenvolvimento: a política em processo*. Dissertação (Mestrado em Economia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BENZI, D. *Anatomía de la integración que no fue*. Buenos Aires: Universidad Andina Simón Bolívar, 2017.
- BOLÍVAR, S. Carta de Jamaica. In: *Simón Bolívar: Política*. Organização e tradução de Manuel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo: Ática, 1983. p. 9-37.
- CAMARGO, P. C. C. E.; STÉDILE, J. P.; GIORDANI J. O Brasil, a Venezuela e os movimentos sociais no contexto da América Latina e do Império. *Germinar: marxismo e educação em debate*, vol. 9, n. 3, p. 357–376, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.23182>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- CAPIRE. *Aprendizados da luta contra a ALCA: unidade continental para enfrentar o livre comércio*. 19 nov. 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/aprendizados-da-luta-contra-a-alca/>. Acesso em: 07 dez 2021.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DELGADO, D. D. T.; OLIVEIRA, M. B. ‘Os ventos do norte não movem moinhos’: o repensar da integração latino-americana com base na crítica ao imperialismo. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, vol. 9, n. 18, p. 485-513, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v9i18.10955>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- FERREIRA, M. D. *Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP): perspectivas e desafios do ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- FOSTER, J. B. Peak Oil and Energy Imperialism. *Monthly Review*, New York, vol. 60, n.3, 2008.
- FREITAS, W. D. de. *Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador*. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300058&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 26 nov. 2021.

FRÍAS, H. C.; RUZ, F. C. ALBA-TCP, s.d.. Declaración Conjunta Venezuela – Cuba de 14 dez. 2004. Disponível em: <<https://www.albatcp.org/acta/declaracion-conjunta-venezuela-cuba/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FUSER, I. *Energia e Relações Internacionais*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

HARVEY, D. *The New Imperialism*. New York: Oxford, 2003.]

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, V.I., *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2003.

MARINGONI, G. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

MELLO, M. 15 anos do não à Alca: superação do capitalismo ainda é a alternativa. *Brasil de Fato*. Caracas (Venezuela), 21 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/11/21/15-anos-do-nao-a-alca-superacao-do-capitalismo-ainda-e-a-alternativa>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MENDES, R. América latina–Interpretações da origem do imperialismo norte-americano. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 31, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2316>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Repensar la teoría imperialista y el imperialismo norteamericano en Latinoamérica. In: FERNÁNDEZ, J. S. (editor). *Crisis y Imperialismo*. Mexico: UNAM, 2012.

ROMERO, C. A. La política exterior de la Venezuela bolivariana. *Plataforma democrática*, vol. 4, 2010. Disponível em: <<http://plataformademocratica.org/arquivos/la%20politica%20exterior%20de%20la%20venezuela%20bolivariana.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____; CURIEL, C. Venezuela: política exterior y rentismo. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, vol. 8, n. 14, p. 39-61, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82330>. Acesso em: 02 out. 2021.

RUIZ, B. J. La posición de Venezuela frente al ALCA y las relaciones de la CAN con Estados Unidos y la UE. *Aldea Mundo*, vol. 8, n. 16, p. 59-66, 2004.

SALGADO, T. S.. A ação dos EUA na Venezuela: ONGs, sociedade civil e neoliberalismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 13, n. 3, p. 320-344, 2019.

SENIAT – Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela. *Gaceta Oficial* n. 38.628, 16 fev. 2007. Venezuela. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_ven_anexo22.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

WANSETTO, R. 10 anos de luta e resistência. In: CODAS, G.; JAKOBSEN, K.; SPINA, R. (orgs.). *ALCA dez anos: fracasso e alerta a novas negociações*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p.72-75.